

Introdução

Etnografando burocratas, elites, e corporações: a pesquisa entre estratos sociais hierarquicamente superiores em sociedades contemporâneas

Sergio Ricardo Rodrigues Castilho

Antonio Carlos de Souza Lima

Carla Costa Teixeira

A literatura antropológica é pródiga em reflexões de cunho metodológico a partir da experiência de pesquisa de campo, notadamente em variados aspectos da observação participante. Em capítulos introdutórios (Malinowski, 1978, para o exemplo paradigmático) ou apêndices de livros monográficos (Evans-Pritchard, 1978; Foote-Whyte, 2005) ou de teses e dissertações, assim como em manuais (Ellen, 1984), bem como em coletâneas (Guimarães, 1976; Dresch, James e Parkin, 2000; Greenhouse, 2002; Sanjek, 1990 e muitas outras), em livros monográficos (Crapanzano, 1980; Rabinow, 1977, entre outros) e mesmo em um dos volumes da história da antropologia de George Stocking Jr. (1983), o trabalho de campo foi tratado de diversos ângulos. A voga pós-moderna deu-lhe uma ênfase especial, corroborando suas implicações para a construção etnográfica.¹

As relações entre o pesquisador e os seus informantes-chave (Casagrande, 1964; Mintz, 1984); o gênero do pesquisador na interação com os pesquisados (Cesara, 1982; Golde, 1986; Kulick e Wilson, 1995); as crianças na pesquisa de campo de seus pais (Cassel, 1987); a dimensão de experiência (Lawless, Sutlive e Zamora, 1983); o domínio da linguagem e das formas expressivas socialmente diferenciadas na experiência da pesquisa de campo (Briggs, 1986); e a ética e o compromisso do pesquisador em face de situações variadas nas quais seu trabalho pode comprometer a vida daqueles sobre quem realiza o seu trabalho (Rynkiewich, 1976) foram alguns dos temas abordados em numerosos livros e artigos. Nesses contextos, tem se abordado não apenas o dizível e o indizível,

1 Clifford e Marcus (1986), Marcus e Fischer (1986), e Marcus (1995; 1998) são referências fundamentais.

mas também, mais recentemente, as reações suscitadas pelo acesso dos “nativos” ao produto do trabalho sobre eles realizado (Brettel, 1993).

Se essas preocupações geraram farto material editado nos contextos estadunidense (sobretudo), britânico e francês, também no Brasil tem se refletido acerca dos variados aspectos da pesquisa de campo em antropologia. Essa reflexão aparece sob a forma de textos que relatam experiências de pesquisa como forma de introdução à disciplina (Esterci, Goldenberg e Fry, 2001), e de coletâneas em que questões teóricas, temáticas e metodológicas surgem marcadas pela preocupação com variadas implicações da pesquisa de campo feita em contexto urbano trazendo a marca de uma antropologia feita dentro de um território nacional.²

Se, em parte, essa coletânea pode ser relacionada a esse tipo de preocupação, são outras as motivações que a orientam. Os textos aqui coligidos focam menos na ideia de pesquisa de campo em si, sobretudo na observação participante, e se preocupam com o fazer etnográfico em contextos para os quais os textos introdutórios clássicos, os ensaios, as coletâneas não preparam seus leitores. Trata-se daqueles universos temáticos em que os pesquisadores estão ou em posição inferior em termos das dinâmicas de poder que estudam, ou se encontram nelas imiscuídos, seja como parte de sua atividade profissional, seja como parte dos processos sociais em que se envolveram em suas pesquisas.

Estamos aqui no terreno do que Laura Nader (1972) chamou de *studying up*, ou do que Hertz e Imber (1993) chamaram de pesquisa de campo em contextos de elites (*fieldwork in elite settings*). Em 1972, Nader apontava três razões principais para se estudar “up”: 1) a indignação, capaz de integrar e conferir sentido à atividade científica; 2) as vantagens que o acesso a tal perspectiva permite, na medida em que, nas sociedades complexas contemporâneas, a imensa maioria dos fenômenos sociais envolvem redes, grupos, e classes dispostos em diferentes posições hierarquicamente no interior de coletividades políticas: os *de cima* e os *de baixo*. O estudo apenas de uma parte das coletividades sociais produziria, necessariamente, uma perspectiva enviesada. 3) a potencial relevância democrática do trabalho do antropólogo ao estudar as elites nas sociedades complexas.³ Se o

2 Ver Cardoso, 1986; Velho, 1980; Velho & Kuschnir, 2003.

3 Não nos deteremos, neste momento, numa avaliação de como a produção antropológica tem abordado (periféricamente e com uma definição por vezes frouxa) as elites em sociedades contemporâneas. Veja-se, dentre outros, Marcus, 1983; Pina-Cabral e Lima, 2000; Shore e Nugent, 2002. Para uma abordagem mais precisa da teoria das elites, ver Grynszpan, 1999.

suposto da cidadania, que pretende conduzir as sociedades “ocidentais e democráticas”, é a capacidade de tomar decisões “livres”, como poderia existir cidadania numa sociedade em que muitos “cidadãos” não possuem acesso a informações básicas, nem a consciência de direitos fundamentais? (Nader, 1972, p. 284-296).

Nader também apontava a necessidade de se repensar o lugar que a observação participante adquiriu como o *approach* de pesquisa privilegiado, muitas vezes exclusivo, para a antropologia. Ela sinalizava, também, para o caráter de verdadeiro obstáculo cognitivo da reiteração de um modelo de etnografia fundado, por um lado, na experiência e nas ideias de Malinowski, de trabalho de campo baseado na convivência prolongada entre “nativos” (originalmente um povo autóctone de uma das colônias europeias em alguma porção do globo afastada da civilização europeia) e um etnógrafo isolado de sua metrópole de origem; e, por outro, nas ideias de Radcliffe-Brown, de descrição da (fictícia) totalidade da vida social.. Tal padrão etnográfico, alicerçado em boa dose de imaginário romântico colonialista, ainda legítimo, sobretudo nas antropologias anglo-saxã e francófona, é ainda, devemos reconhecer, o ensinado como cânone da disciplina, descontextualizado muitas vezes do momento histórico em que se produziu.

O texto de Nader, se levado a todas as consequências que sugere, conduz a uma guinada epistemológica de significativa importância. Não se trata de um campo novo a ser demarcado, distinguido e incorporado num elenco de áreas temáticas como uma “especialidade”, tão ao gosto da blindagem colonial que fundamentou (e ainda fundamenta) muito da antropologia. Tampouco se trata de reelaborar métodos e técnicas clássicas, de modo a pragmaticamente adaptá-las sem uma crítica mais aprofundada dos pressupostos que as sustentam.

Nestes termos, é importante destacar que vivemos um momento singular na Antropologia produzida no Brasil. Num texto de 2004, João Pacheco de Oliveira recupera a ideia de mal-estar para refletir sobre as condições em que, no contexto brasileiro, se produz um descompasso entre a formação dada aos estudantes de Antropologia nos cursos de pós-graduação e as condições efetivas sob as quais se faz cotidianamente pesquisa antropológica em nossa atualidade. As imagens ainda prevalentes de distanciamento, de objetividade, de uma demarcação entre o pesquisador e os seus “nativos” pouco ajudam quando variadas formas de relação com instâncias de poder são condicionantes da pesquisa.⁴

4 “Será que os antropólogos não estariam se envolvendo excessivamente com as simples condições práticas de realização de seu estudo, intervindo na vida e nas instituições

Tais questionamentos, aqui muito resumidos, são tanto mais importantes quanto ao longo da última década tivemos não apenas uma significativa expansão dos espaços de formação pós-graduada, mas também a implantação de cursos de graduação na área, iniciativa sem precedentes, e que seguiu as linhas de força da expansão do sistema de universidade federais. Se a análise do “campo da Antropologia no Brasil” realizada por Ribeiro e Trajano Filho (2004) constata a prevalência do mercado universitário para os pós-graduados em Antropologia (e acreditamos que, em parte, essa tendência se mantenha no presente), por outro lado, houve uma ponderável ampliação do mercado de trabalho para

nativas (ao invés de apenas observá-las), posicionando-se em questões que deveriam apenas observar e registrar? Não haveria um grande risco em afastar-se dos bons e sólidos cânones da disciplina, relegando a segundo plano a pesquisa científica em benefício de uma excessiva militância, um assistencialismo pouco crítico ou ainda uma mera intervenção administrativa? Será que uma relação muito forte e direta com atores sociais (órgãos públicos, ONGs, organizações indígenas) não distanciaria a pesquisa de um olhar objetivo e explicativo, inscrevendo-a dentro de espaços sociais e cognitivos limitados? O diálogo interdisciplinar, por sua vez, não estaria submetendo o antropólogo a métodos e finalidades que lhe seriam alheias, enquanto paralelamente lhe trariam questões que escapam à sua competência resolver?

São questões complexas, com níveis bem diferenciados de elaboração, que certamente não poderiam ser esclarecidas por um argumento único. Remetem, no entanto, a um certo desconforto gerado pela suspeita de que a dimensão política assumida pelo trabalho dos antropólogos estaria afetando negativamente o seu rendimento enquanto pesquisadores, afastando-os de forma inevitável de um foco mais científico e acadêmico. Tal preocupação não se restringe de maneira alguma aos trabalhos versando diretamente sobre políticas públicas, mas abrange igualmente a produção de uma grande quantidade de material etnográfico e de análises nele inspiradas, encontradas sob modalidades diversas (dissertações, teses, relatórios de pesquisa, comunicações em seminários temáticos etc.).

[...]

A minha hipótese é que este mal-estar resulta de uma espécie de “cultural lag” entre as práticas concretas de investigação e as autorrepresentações da disciplina, entre o cotidiano da pesquisa e o discurso normativo que dirige a formação de novos antropólogos. As autorrepresentações da disciplina caminham muito mais devagar do que as alterações adaptativas registradas no interior da prática concreta das pesquisas antropológicas. O mal-estar resulta de que as verdades operacionais que geraram as condições de possibilidade da prática antropológica, formatando gostos e valores e permitindo aos antropólogos a cristalização de uma identidade própria, não fornecem mais uma carta de navegação inteiramente satisfatória e confiável. É desse descompasso de ritmos que decorre tal mal-estar (Oliveira 2004, p. 10-11).

antropólogos em agências da administração pública, em ONGs, consultorias socioambientais e até mesmo empresas.

Muitas vezes tem sido dessas (nem tão) novas possibilidades de inserção profissional que surgem os interesses de pesquisa e as possibilidades de sua realização. Alguns dos trabalhos dessa coletânea o mostram claramente, e todos nos levam a pensar, na direção já preconizada por Nader (1972), no que os cursos de “clássicos” ou “teoria antropológica” podem servir ao cada dia mais jovem pesquisador (fora uma etiqueta deslocada de citações obrigatórias), no intento de objetivar experiências de participação, negociar suas adesões, sentimentos (nem sempre positivos), imperativos éticos e compromissos em contextos de forte polarização ou assimetria, muitos dos quais também seus espaços de exercício profissional. É certo que o aprendizado da gênese das teorias da Antropologia à luz dos quadros históricos que as produziram e dos resultados e marcas que deixaram tem um importante efeito formativo. Mas parece-nos essencial pensar que as “tradições antropológicas” não devem ser percebidas como fontes inesgotáveis de respostas para situações presentes muito distintas daquelas em que foram formuladas. É na busca de reconhecer que há uma produção significativa que lida com tais realidades fabricando outros instrumentos de trabalho que pensamos que esta coletânea é útil.

Os textos aqui apresentados pensam o fazer etnográfico em contextos politicamente tensos, pautando-se criticamente não apenas na observação participante, mas também no tratamento de documentos, tão importantes para a pesquisa antropológica em contextos de sociedades letradas em que a escrita é instrumento de poder e segregação. Embora as questões teóricas não sejam de forma alguma negligenciadas, e contribuições significativas estejam presentes nos textos, o leitor não encontrará aqui um compêndio teórico, ou um guia metodológico à pesquisa em situações *up* vistas desde “baixo”. Os textos evidenciam muito mais que as pesquisas foram feitas *entre*, com os pesquisadores procurando negociar as condições de obtenção de informações, a enunciação de interpretações, os exercícios profissionais, e os engajamentos políticos.⁵

Isso não quer dizer que não se tenha uma preocupação central em explicitar também dilemas práticos. Mas isso não é feito descartando nem sobrevalorizando o papel da “teoria” ou da “tradição antropológica”, e sim, tendo como

5 Gusterson (1997) e Bowman (2009) são alguns dos autores que se propõem repensar as perspectivas de Nader (1972); Wright e Reinhold (2011) propõem a ideia de estudar através (*through*).

suposto que “teoria” não é “algo” a ser separado de seus fundamentos sociais empíricos. Na medida em que o estudo antropológico das práticas de burocratas, elites, redes de poder e corporações é um tópico relativamente recente e pouco explorado, a opção foi delinear os novos problemas e situações que se apresentam, tendo a clareza de que se pisa num terreno saudavelmente move-dido, que estimula a invenção, em detrimento da repetição, propiciando espaço para diálogos e debates.

É assim que as reflexões apresentadas nos diferentes capítulos que com-põem esta coletânea expressam e recortam um tempo oportuno do percurso de uma rede de investigadores que já vem de longa data. Se alguns autores como Teixeira e Souza Lima (2010) dedicam-se há longo tempo a pesquisas das prá-ticas de governo e da vida política, outros de nossos autores têm também dis-sertações, teses e livros publicados, enquanto alguns ingressaram recentemente nesse diálogo.⁶ O destaque dado a esta composição deve-se à constatação de que tal diversidade, longe de gerar um enrijecimento das discussões em torno de hierarquias acadêmicas, como se pode observar em vários contextos e articula-ções científicas, atua como dispositivo de renovação.

Em que residiria, pois, a especificidade produtiva dos encontros desses an-tropólogos em momentos tão distintos da sua formação acadêmica? O leitor poderá tirar suas conclusões, por experiência própria e pela leitura dos traba-lhos aqui reunidos, mas nós organizadores destacamos duas que nos parecem centrais. A começar, há que se sublinhar o empenho de todos em construir uma dinâmica que permitiu que os diálogos se dessem também fora dos espaços disciplinares nos quais as relações professor–aluno e orientador–orientando delimitam o enquadramento das trocas intelectuais. Para tanto, se procurou combinar ocasiões de encontro no âmbito dos grandes eventos que congregam a comunidade antropológica (reuniões brasileiras de Antropologia, reuniões de Antropologia do Mercosul, reuniões equatoriais de Antropologia, Reunião da Associação Portuguesa de Antropologia, para mencionar algumas que são em-blemáticas) com eventos menores, como seminários de trabalho.⁷

[CONTINUA...]

6 Dentre outros, ver Teixeira (1998; 2008; 2012); Teixeira, Barreira e Heredia (2002); Teixeira e Chaves (2004); Teixeira e Souza Lima (2010); Souza Lima (1995; 2002; 2012a; 2012b; 2014).

7 O seminário “Etnografando elites, redes e dispositivos de poder. Experiências de pesquisa, reflexões metodológicas e questões ético-políticas” foi realizado no Museu Nacional, Rio de Janeiro, no dia 26 de novembro de 2012, sob a coordenação de Antonio Carlos de Souza